APROVAÇÃO DEFINITIVA (UE, Euratom) 2015/370**do orçamento retificativo n.º 6 da União Europeia para o exercício de 2014**

O PRESIDENTE DO PARLAMENTO EUROPEU,

Tendo em conta o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, nomeadamente o artigo 314.º, n.º 4, alínea a), e n.º 9,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia da Energia Atómica, nomeadamente o artigo 106.º-A,

Tendo em conta o Regulamento (UE, Euratom) n.º 966/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro de 2012, relativo às disposições financeiras aplicáveis ao orçamento geral da União e que revoga o Regulamento (CE, Euratom) n.º 1605/2002 ⁽¹⁾,

Tendo em conta o Regulamento (UE, Euratom) n.º 1311/2013 do Conselho, de 2 de dezembro de 2013, que estabelece o quadro financeiro plurianual para o período 2014-2020 ⁽²⁾,

Tendo em conta o Acordo Interinstitucional, de 2 de dezembro de 2013, entre o Parlamento Europeu, o Conselho e a Comissão sobre a disciplina orçamental, a cooperação em matéria orçamental e a boa gestão financeira ⁽³⁾,

Tendo em conta o orçamento geral da União Europeia para o exercício de 2014, que foi definitivamente adotado em 20 de novembro de 2013 ⁽⁴⁾,

Tendo em conta o projeto de orçamento retificativo n.º 7 da União Europeia para o exercício de 2014, adotado pela Comissão em 17 de outubro de 2014,

Tendo em conta a posição sobre o projeto de orçamento retificativo n.º 7/2014 adotada pelo Conselho em 12 de dezembro de 2014 e transmitida ao Parlamento Europeu no mesmo dia,

Tendo em conta a aprovação pelo Parlamento da posição do Conselho em 17 de dezembro de 2014,

Tendo em conta os artigos 88.º e 91.º do Regimento do Parlamento Europeu,

DECLARA:

Artigo único

O processo previsto no artigo 314.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia está concluído e o orçamento retificativo n.º 6 da União Europeia para o exercício de 2014 definitivamente aprovado.

Feito em Estrasburgo, em 17 de dezembro de 2014.

O Presidente
M. SCHULZ

⁽¹⁾ JO L 298 de 26.10.2012, p. 1.

⁽²⁾ JO L 347 de 20.12.2013, p. 884.

⁽³⁾ JO C 373 de 20.12.2013, p. 1.

⁽⁴⁾ JO L 51 de 20.2.2014.

ORÇAMENTO RETIFICATIVO N.º 6 PARA O EXERCÍCIO DE 2014**ÍNDICE**

	Página
MAPA DE RECEITAS E DESPESAS POR SECÇÃO	
Secção III: Comissão	495
— Despesas	496
— Título 13: Política Regional e Urbana	498

SECÇÃO III
COMISSÃO

COMISSÃO

DESPESAS

Título	Rubrica	Orçamento 2014		Orçamento rectificativo n.º 6/2014		Novo montante	
		Autorizações	Pagamentos	Autorizações	Pagamentos	Autorizações	Pagamentos
01	ASSUNTOS ECONÓMICOS E FINANÇEiros	253 013 066	320 994 951			253 013 066	320 994 951
	Reservas (40 02 41)	2 000 000	2 000 000			2 000 000	2 000 000
		255 013 066	322 994 951			255 013 066	322 994 951
02	EMPRESAS E INDÚSTRIA	2 515 114 410	2 158 422 405			2 515 114 410	2 158 422 405
03	CONCORRÊNCIA	94 449 737	94 449 737			94 449 737	94 449 737
04	EMPREGO, ASSUNTOS SOCIAIS E INCLUSÃO	13 839 015 158	11 290 667 447			13 839 015 158	11 290 667 447
05	AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	58 046 833 802	55 607 081 983			58 046 833 802	55 607 081 983
06	MOBILIDADE E TRANSPORTES	2 867 184 572	1 003 421 856			2 867 184 572	1 003 421 856
07	AMBIENTE	407 273 961	345 906 574			407 273 961	345 906 574
08	INVESTIGAÇÃO E INOVAÇÃO	6 198 702 491	4 090 645 420			6 198 702 491	4 090 645 420
09	REDES DE COMUNICAÇÕES, CONTEÚDOS E TECNOLOGIAS	1 637 393 330	1 065 238 820			1 637 393 330	1 065 238 820
10	INVESTIGAÇÃO DIRETA	419 601 970	414 982 955			419 601 970	414 982 955
11	ASSUNTOS MARÍTIMOS E PESCAS	945 484 523	735 433 493			945 484 523	735 433 493
	Reservas (40 02 41)	44 342 000	42 775 000			44 342 000	42 775 000
		989 826 523	778 208 493			989 826 523	778 208 493
12	MERCADO INTERNO E SERVIÇOS	116 892 170	115 128 367			116 892 170	115 128 367
13	POLÍTICA REGIONAL E URBANA	33 120 247 622	43 017 623 117	79 726 440		33 199 974 062	43 017 623 117
14	FISCALIDADE E UNIÃO ADUANEIRA	157 040 580	132 361 974			157 040 580	132 361 974
15	EDUCAÇÃO E CULTURA	2 820 016 221	2 420 679 427			2 820 016 221	2 420 679 427
16	COMUNICAÇÃO	246 345 359	250 385 333			246 345 359	250 385 333
17	SAÚDE E DEFESA DO CONSUMIDOR	618 152 949	555 734 531			618 152 949	555 734 531
18	ASSUNTOS INTERNOS	1 201 387 424	765 344 466			1 201 387 424	765 344 466
19	INSTRUMENTOS DE POLÍTICA EXTERNA	732 731 450	517 534 455			732 731 450	517 534 455
20	COMÉRCIO	121 099 618	117 577 301			121 099 618	117 577 301

Título	Rubrica	Orçamento 2014		Orçamento retificativo n.º 6/2014		Novo montante	
		Autorizações	Pagamentos	Autorizações	Pagamentos	Autorizações	Pagamentos
21	DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO	5 083 838 180	3 994 827 425			5 083 838 180	3 994 827 425
22	ALARGAMENTO	1 519 904 352	948 883 056			1 519 904 352	948 883 056
23	AJUDA HUMANITÁRIA E PROTEÇÃO CIVIL	1 006 460 596	1 106 780 137			1 006 460 596	1 106 780 137
24	LUTA CONTRA A FRAUDE	78 220 900	76 524 355			78 220 900	76 524 355
25	COORDENAÇÃO DAS POLÍTICAS DA COMISSÃO E ACONSELHAMENTO JURÍDICO	194 089 509	194 812 309			194 089 509	194 812 309
26	ADMINISTRAÇÃO DA COMISSÃO	1 001 412 220	1 000 789 177			1 001 412 220	1 000 789 177
27	ORÇAMENTO	95 779 570	95 779 570			95 779 570	95 779 570
28	AUDITORIA	11 632 266	11 632 266			11 632 266	11 632 266
29	ESTATÍSTICAS	131 883 729	130 895 146			131 883 729	130 895 146
30	PENSÕES E DESPESAS CONEXAS	1 449 531 000	1 449 531 000			1 449 531 000	1 449 531 000
31	SERVIÇOS LINGUÍSTICOS	387 604 805	387 604 805			387 604 805	387 604 805
32	ENERGIA	933 444 642	653 022 040			933 444 642	653 022 040
33	JUSTIÇA	203 409 105	185 843 405			203 409 105	185 843 405
34	AÇÃO CLIMÁTICA	121 468 679	51 536 974			121 468 679	51 536 974
40	RESERVAS	502 523 000	194 775 000			502 523 000	194 775 000
	Total	139 079 182 966	135 502 851 277	79 726 440		139 158 909 406	135 502 851 277
	<i>Dos quais reservas (40 02 41)</i>	46 342 000	44 775 000			46 342 000	44 775 000

COMISSÃO

TÍTULO 13
POLÍTICA REGIONAL E URBANA

Título Capítulo	Rubrica	Orçamento 2014		Orçamento rectificativo n.º 6/2014		Novo montante	
		Autorizações	Pagamentos	Autorizações	Pagamentos	Autorizações	Pagamentos
13 01	DESPEAS ADMINISTRATIVAS DO DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO «POLÍTICA REGIONAL E URBANA»	82 299 094	82 299 094			82 299 094	82 299 094
13 03	FUNDO EUROPEU DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E OUTRAS OPERAÇÕES REGIONAIS	24 991 430 038	31 286 893 080			24 991 430 038	31 286 893 080
13 04	FUNDO DE COESÃO (FC)	7 963 000 000	11 092 840 264			7 963 000 000	11 092 840 264
13 05	INSTRUMENTO DE ASSISTÊNCIA DE PRÉ-ADESÃO — DESENVOLVIMENTO REGIONAL E COOPERAÇÃO REGIONAL E TERRITORIAL	36 519 962	405 590 679			36 519 962	405 590 679
13 06	FUNDO DE SOLIDARIEDADE	46 998 528	150 000 000	79 726 440		126 724 968	150 000 000
	Título 13 – Total	33 120 247 622	43 017 623 117	79 726 440		33 199 974 062	43 017 623 117

TÍTULO 13
POLÍTICA REGIONAL E URBANA

CAPÍTULO 13 06 — FUNDO DE SOLIDARIEDADE

Título Capítulo Artigo Número	Rubrica	QF	Orçamento 2014		Orçamento retificativo n.º 6/2014		Novo montante	
			Autorizações	Pagamentos	Autorizações	Pagamentos	Autorizações	Pagamentos
13 06	FUNDO DE SOLIDARIEDADE							
13 06 01	Fundo de Solidariedade da União Europeia — Estados-Membros	9	46 998 528	150 000 000	19 501 835		66 500 363	150 000 000
13 06 02	Fundo de Solidariedade da União Europeia — Estados cuja adesão se encontra em curso de negociação	9	p.m.	p.m.	60 224 605		60 224 605	p.m.
Capítulo 13 06 – Total			46 998 528	150 000 000	79 726 440		126 724 968	150 000 000

13 06 01 **Fundo de Solidariedade da União Europeia — Estados-Membros**

Orçamento 2014		Orçamento retificativo n.º 6/2014		Novo montante	
Autorizações	Pagamentos	Autorizações	Pagamentos	Autorizações	Pagamentos
46 998 528	150 000 000	19 501 835		66 500 363	150 000 000

Observações

Este artigo destina-se a receber as dotações resultantes da mobilização do Fundo de Solidariedade da União Europeia em situações de catástrofe de grandes proporções nos Estados-Membros. A assistência deve ser mobilizada principalmente em caso de catástrofes naturais, embora possa também ser prestada aos Estados-Membros em causa em função da urgência da situação, devendo ser fixado um prazo para a utilização da assistência financeira concedida e devendo os Estados beneficiários justificar o uso que fizeram do apoio recebido. A assistência recebida que seja posteriormente compensada por pagamentos de terceiros, com base, por exemplo, no princípio do «poluidor pagador», ou recebida em excesso relativamente à avaliação final dos danos, deve ser recuperada.

Exceto no caso do pagamento de adiantamentos, a atribuição das dotações será decidida num orçamento retificativo tendo como finalidade exclusiva a mobilização do Fundo de Solidariedade da União Europeia.

Bases jurídicas

Regulamento (UE) n.º 661/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho de 15 de maio de 2014 que altera o Regulamento (CE) n.º 2012/2002 do Conselho, que institui o Fundo de Solidariedade da União Europeia (JO L 189 de 27.6.2014, p. 143).

Atos de referência

Acordo Interinstitucional de 17 de maio de 2006 entre o Parlamento Europeu, o Conselho e a Comissão sobre a disciplina orçamental e a boa gestão financeira (JO C 139 de 14.6.2006, p. 1).

COMISSÃO

CAPÍTULO 13 06 — FUNDO DE SOLIDARIEDADE (continuação)

13 06 02 *Fundo de Solidariedade da União Europeia — Estados cuja adesão se encontra em curso de negociação*

Orçamento 2014		Orçamento retificativo n.º 6/2014		Novo montante	
Autorizações	Pagamentos	Autorizações	Pagamentos	Autorizações	Pagamentos
p.m.	p.m.	60 224 605		60 224 605	p.m.

Observações

Este artigo destina-se a receber as dotações resultantes da mobilização do Fundo de Solidariedade da União Europeia em situações de catástrofe de grandes proporções em países envolvidos em negociações de adesão com a União Europeia. A assistência deve ser mobilizada principalmente em caso de catástrofes naturais, embora possa também ser prestada aos países em causa em função da urgência da situação, devendo ser fixado um prazo para a utilização da assistência financeira concedida e devendo os Estados beneficiários justificar o uso que fizeram do apoio recebido. A assistência recebida que seja posteriormente compensada por pagamentos de terceiros, com base, por exemplo, no princípio do «poluidor pagador», ou recebida em excesso relativamente à avaliação final dos danos, deve ser recuperada.

A atribuição das dotações será decidida num orçamento retificativo tendo como finalidade exclusiva a mobilização do Fundo de Solidariedade da União Europeia.

Bases jurídicas

Regulamento (UE) n.º 661/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho de 15 de maio de 2014 que altera o Regulamento (CE) n.º 2012/2002 do Conselho, que institui o Fundo de Solidariedade da União Europeia (JO L 189 de 27.6.2014, p. 143).

Atos de referência

Proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho, apresentada pela Comissão em 6 de abril de 2005, que institui o Fundo de Solidariedade da União Europeia [COM(2005) 108].

Acordo Interinstitucional de 17 de maio de 2006 entre o Parlamento Europeu, o Conselho e a Comissão sobre a disciplina orçamental e a boa gestão financeira (JO C 139 de 14.6.2006, p. 1).